

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

REQUERIMENTO N°_____DE 2023 (Da Sra. Erika Kokay)

> Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência, vistas a discutir a Situação dos Tradutores Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais nas Instituições Federais.

Senhor Presidente,

Com fundamento no disposto no art. 255 do Regimento Interno, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência, vistas a discutir Situação dos Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais nas Instituições Federais.

Sugerimos que sejam convidados para a mesa da audiência pública:

- I. Federação Nacional de Educação dos Surdos do Brasil;
- II. Associação Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais e Guias -Intérpretes de Língua de Sinais;
- III. Federação Brasileira dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e
 Guias-Intérpretes de Língua de Sinais;
- IV. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;
- V. Associação de Servidores do Instituto Nacional de Educação de Surdos;
- VI. Departamento de Políticas de Educação Bilíngue para Surdos do Ministério da Educação;
- VII. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;







CÂMARA DOS DEPUTADOS

VIII. Ministério do Planejamento.

JUSTIFICATIVA

O objetivo dessa audiência é discutir questões fundamentais relacionadas ao cargo de tradutor intérprete de Língua de Sinais nas instituições federais, a reestruturação da carreira e a atual situação de precarização do trabalho desenvolvido por servidores dessa categoria.

Atualmente, de acordo com informações disponíveis no portal de transparência do governo federal, mais de 1000 tradutores intérpretes de Língua de Sinais ocupam cargos públicos para atender a uma demanda de mais de 5.978 alunos surdos, surdocegos e com deficiência auditiva, além de fornecer suporte aos técnicos e professores surdos das redes de ensino básico e superior da educação. Esses profissionais desempenham um papel crucial na promoção da inclusão e no acesso à educação para pessoas surdas, garantindo que elas possam exercer plenamente seu direito à comunicação e à participação na sociedade.

No entanto, a situação atual desses tradutores intérpretes de Língua de Sinais é preocupante. Os decretos 9.262/2018 e 10.185/2019 têm impactado negativamente a categoria, trazendo consequências que comprometem a qualidade do trabalho prestado e a valorização desses profissionais. É essencial discutir a revogação desses decretos e a necessidade de uma reestruturação da carreira, de forma a garantir condições adequadas para o exercício dessa função e promover um ambiente de trabalho digno e valorizado.

A audiência pública será uma oportunidade para ouvir as vozes das entidades representativas dos tradutores intérpretes de Língua de Sinais, essa audiência pública será um passo importante para discutir as questões urgentes relacionadas aos tradutores intérpretes de Língua de Sinais, buscando soluções que assegurem a valorização, a reestruturação da carreira e a melhoria das condições de trabalho desses servidores.

Por fim, é fundamental a realização desse debate e a construção de políticas públicas para o devido atendimento as pessoas com deficiência no Brasil.

Sala da	Comissão, em	de	de 2023.
Sala ua	COHIISSAU, EHI	uc	uc 202.).

Deputada Erika Kokay - PT/DF

